

## **4. Fatores de risco**

### **4.1 – Descrições dos fatores de risco**

*O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo e as demonstrações financeiras da Companhia e respectivas notas explicativas. Os negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá diminuir em razão da ocorrência de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder todo ou parte substancial de seu investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia. Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia conhece e acredita que, na data deste Formulário de Referência, podem afetar a Companhia adversamente e de forma relevante. Além disso, riscos adicionais não conhecidos atualmente ou considerados menos relevantes pela Companhia também poderão afetar a Companhia adversamente.*

*Para os fins desta seção "4. Fatores de Risco", exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá "efeito adverso" ou "efeito negativo" para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos negócios da Companhia, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia e de suas subsidiárias, bem como no preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção "4. Fatores de Risco" devem ser compreendidas nesse contexto.*

*Não obstante a subdivisão desta seção "4. Fatores de Risco", determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens desta seção "4. Fatores de Risco".*

#### **a. Emissor**

**Falhas no funcionamento dos sistemas de tecnologia da informação podem comprometer as operações e afetar adversamente a Companhia.**

As operações da Companhia são altamente informatizadas. Os sistemas de tecnologia da informação estão presentes na parcela administrativa dos negócios e em cada etapa das operações. A utilização destes sistemas compreende o agendamento de exames e procedimentos, o registro do atendimento em nossas Unidades de Atendimento, realização desses exames e procedimentos nas Unidades de Atendimento, o transporte de amostras, análises técnicas dos resultados com base no sistema de apoio à decisão de resultados e a divulgação desses resultados, além de processos administrativos, como o faturamento e recebimento dos serviços prestados, os quais utilizam tecnologia da informação.

O regular funcionamento dos sistemas de tecnologia da informação pode ser comprometido como resultado de falhas na infraestrutura de telecomunicação e/ou na prestação de serviços de datacenter. Uma interrupção prolongada no funcionamento desse datacenter pode prejudicar o contínuo funcionamento das operações e afetar adversamente a Companhia.

## **A combinação dos negócios e das bases acionárias do Fleury pode não resultar em todos os benefícios esperados**

Faz parte da estratégia de negócio da Companhia o crescimento por fusões e aquisições, inclusive com a combinação de negócios com Hermes Pardini. No entanto, as vantagens finais que esperamos alcançar com a fusões e aquisições realizadas e/ou a realizar, tais como a maximização de sinergias operacionais, aumento de competitividade no ambiente de transformação do setor de saúde e medicina diagnóstica com complementaridade geográfica e presença nacional, estrutura de capital robusta e reforço do crescimento orgânico e inorgânico, dependerão, dentre outros fatores, do nosso desempenho futuro, do interesse de investidores nos valores mobiliários emitidos por nós, da retenção de funcionários-chave, do êxito da integração de atividades e das condições de mercado, econômicas, políticas e comerciais gerais no Brasil, e podem não ser alcançadas.

O sucesso da integração dos negócios depende também, em parte, da capacidade da companhia combinada de realizar oportunidades de crescimento e economias de custo resultantes da combinação dos negócios das companhias. A integração de empresas é um processo complexo e podemos encontrar dificuldades ou atrasos substanciais na integração de suas operações. É possível processos de integração demorem mais do que o inicialmente previsto e possam resultar na interrupção dos negócios em andamento, problemas inesperados de integração e custos de integração mais altos do que o esperado. Especificamente, os problemas que devem ser abordados na integração das operações para obter os benefícios esperados incluem, entre outras coisas:

- combinar a administração das companhias, a equipe de tecnologia e as funções de gerenciamento, trabalhando efetivamente para operar um negócio global combinado com uma estratégia comercial unificada;
- integrar as tecnologias das companhias;
- elevar a maturidade de segurança da informação das companhias;
- harmonizar as práticas operacionais das companhias, programas de desenvolvimento e remuneração de funcionários, controles internos e outras políticas, procedimentos e processos;
- combinar e manter pessoas-chave;
- manter o relacionamento com clientes e fornecedores;
- desvio da atenção da administração das operações comuns; e
- a possibilidade de custos ou ineficiências tributárias associadas à integração das operações.

Qualquer um dos problemas citados acima, como custos mais altos do que o esperado ou atrasos nos processos de integração, pode afetar adversamente a capacidade da Companhia de obter os benefícios esperados. Não há garantia de que as integrações resultarão na realização de todas as oportunidades, economia de custos e compartilhamento das melhores práticas, ou que esses benefícios serão alcançados. Qualquer falha em alcançar os benefícios esperados dessas combinações de atividades e negócios pode causar ineficiências operacionais significativas e

afetar adversamente nossos resultados financeiros e operacionais, bem como o valor de mercado das nossas ações.

Para mais informações sobre a combinação dos negócios, ver item 1.1 deste Formulário de Referência.

**O comprometimento das operações das principais centrais de processamento de amostras poderá afetar a capacidade de processamento de exames de análises clínicas, realizados na região da Grande São Paulo/SP e Vespasiano/MG, região metropolitana de Belo Horizonte de exames de alta complexidade, afetando adversamente a Companhia.**

As principais centrais de processamento de amostras estão localizadas no bairro do Brooklin, na Cidade de São Paulo/SP e em Vespasiano/MG, região metropolitana de Belo Horizonte. Essas centrais de processamento de amostras são destinadas ao processamento dos exames de análises clínicas realizados, principalmente, nas Unidades de Atendimento da região da Grande São Paulo e Minas Gerais. Ainda atende exames de alta complexidade de todo o Brasil.

Caso uma ou ambas as centrais de processamento de amostras deixem de funcionar total ou parcialmente, a sua capacidade de processamento dos exames de análises clínicas e de exames de alta complexidade poderá ser significativamente afetada, ou até mesmo suspensa por tempo indeterminado.

**Nosso crescimento depende em certo grau da expansão da oferta de serviços, incluindo a contratação de profissionais qualificados para a realização dos serviços de medicina diagnóstica e preventiva, e do credenciamento das unidades de atendimentos assim como a sua manutenção deste pelas operadoras de saúde, e podemos não executar expansões, contratações e credenciamentos na velocidade adequada.**

Os serviços prestados pela Companhia ocorrem através de colaboradores e prestadores de serviços médicos, que utilizam principalmente nossos locais e equipamentos para o atendimento e relacionamento com pacientes e médicos, além do processamento, análise e devolução das soluções preventivas e diagnósticas que prestamos. O crescimento do volume de serviços prestados pela Companhia traz a necessidade de expansão da área de atendimento, de mais salas e máquinas para a realização de exames, e da contratação de colaboradores e serviços médicos acompanhando o crescimento do volume, além do credenciamento de operadoras de saúde (fontes pagadoras) que são as responsáveis pela maior parte dos nossos clientes por meio dos planos de saúde privados. Dada a crescente concorrência por mão de obra qualificada no Brasil, a necessidade de execução de projetos para ampliação da área existente, a necessidade de treinamento e o relacionamento comercial necessário para o credenciamento de novas unidades de atendimento e sua manutenção, podemos não conseguir realizar a expansão da oferta na velocidade adequada para atender a demanda por estes serviços.

**Materialização dos riscos cibernéticos e indisponibilidade nos serviços e sistema de tecnologia, bem como a fragilidade na confidencialidade das informações, podem comprometer as operações e afetar adversamente a imagem da Companhia.**

As operações da Companhia são informatizadas e interdependentes. Os sistemas de tecnologia da informação estão presentes na parcela administrativa dos negócios e em cada etapa das operações. Os sistemas suportam o agendamento de exames, o registro do atendimento em

todas as Unidades de Atendimento da Companhia, o transporte das amostras, as análises técnicas dos laudos para apoio à decisão e a divulgação dos resultados, assim como, processos administrativos relacionados ao faturamento e o recebimento dos serviços prestados.

O regular funcionamento dos sistemas, das informações e dos processos integrados à tecnologia da informação, pode ser comprometido por falhas na infraestrutura das telecomunicações e dos sistemas, na indisponibilidade dos serviços de datacenter e/ou ações do crime cibernético. Uma interrupção prolongada no funcionamento destes serviços e sistemas ou o vazamento das informações confidenciais, podem prejudicar direta e indiretamente o contínuo funcionamento das operações e afetar adversamente a imagem da Companhia.

**A Companhia está sujeita a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e poderá ser afetada adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções.**

No ano de 2018, foi sancionada a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, conforme alterada (Lei nº 13.709/2018 – “LGPD”), que visa regulamentar a proteção de dados pessoais no Brasil.

A LGPD entrou em vigor em 18 de setembro de 2020, com exceção dos artigos que tratam das sanções administrativas, que entraram em vigor 1º de agosto de 2021, na forma da Lei nº 14.010/2020, de forma que a referida lei se encontra integralmente em vigor.

A LGPD estabelece um novo marco legal a ser observado nas atividades que envolvem tratamento de dados pessoais e prevê, entre outros, os direitos dos titulares de dados pessoais, as bases legais aplicáveis ao tratamento de dados pessoais, os requisitos para obtenção de consentimento, as obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança, a transferências internacionais de dados, bem como a autorização para a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

Caso a Companhia não esteja em conformidade com a LGPD, ela e suas subsidiárias poderão estar sujeitas às sanções, de forma isolada ou cumulativa, de advertência, obrigação de divulgação de incidente, bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais e multa de até 2% do faturamento da empresa, grupo econômico ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, bem como multa diária, observado o limite mencionado.

Além disso, a Companhia poderá ser responsabilizada por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados por si ou ser considerada solidariamente responsável pelos danos causados por suas subsidiárias, ou ainda subcontratados, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD.

É importante considerar que a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) tem atuado, a partir de uma agenda regulatória, a fim de implementar e acompanhar instrumentos regulatórios relacionados à proteção de dados pessoais e de privacidade. Tais resoluções podem direcionar fluxos, determinar procedimentos e boas práticas que deverão ser incorporados pelas companhias, o que requer um acompanhamento contínuo da agenda do órgão para garantir a adequação de processos, assegurando a conformidade

Eventuais inadequações na proteção dos dados pessoais tratados pela Companhia, bem como a inobservância da legislação aplicável, podem acarretar sanções como advertências, multas elevadas, obrigação de publicização de infrações confirmadas, eliminação e/ou bloqueio dos dados pessoais a que se refere a infração, o que poderá afetar negativamente sua reputação e seus resultados e, conseqüentemente, o valor de suas ações.

A Companhia está sujeita também a eventos internos e externos, dentre os quais ameaças externas como os ataques cibernéticos perpetrados por terceiros, que continuamente tem avançado no aprimoramento das técnicas invasivas, ou outros eventos de falhas que possam causar interrupção nos sistemas, gerando eventual prejuízo na continuidade dos serviços e na assistência à saúde dos titulares, hospitais parceiros e laboratórios conveniados.

Nesse sentido, a Companhia vem atuando continuamente no investimento para melhoria de suas medidas técnicas e organizacionais, a fim de mitigar eventuais fatores de riscos, aplicando técnicas de segurança nos níveis mais avançados e mecanismos de prevenção/detecção de riscos cibernéticos, além de possuir um programa de educação corporativa específico para os temas relacionados a privacidade, proteção de dados e segurança da informação; no último ano, a empresa também reforçou os planos de segurança da informação e continuidade do negócio, visando aprimorar as medidas técnicas e organizacionais de proteção dos dados.

**A Companhia poderá a aumentar o capital no futuro, por meio da emissão de valores mobiliários, o que poderá resultar uma diluição da participação dos acionistas no capital social.**

A Companhia poderá proceder ao levantamento de capital adicional no futuro por meio de emissões públicas ou privadas de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações. De acordo com o artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia não estará obrigada a conceder direitos de preferência aos acionistas, em caso de aumento de capital por meio de uma oferta pública de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, o que pode resultar na diluição da participação atual dos acionistas na Companhia.

**Alterações na legislação tributária brasileira, conflitos em sua interpretação e mudanças nas políticas fiscais podem impactar adversamente a Companhia**

O Governo Federal brasileiro tem implementado mudanças em suas políticas fiscais, incluindo alterações de alíquotas, taxas e encargos setoriais. Algumas dessas mudanças, como a reforma tributária, podem resultar em aumentos de tributos que impactem negativamente os negócios da Companhia, incluindo a discussão sobre o ISS no local da prestação. A eventual elevação de tributos, inclusive decorrente da reforma tributária, também pode afetar significativamente a rentabilidade do setor e os preços dos serviços da Companhia, impactando negativamente seus resultados financeiros, especialmente se não for possível repassar integralmente aos clientes os custos adicionais gerados por essas mudanças na política fiscal.

Em janeiro de 2025, foi sancionado o Projeto de Lei (PLP) 68/2024, que estabelece a primeira Lei Complementar da Reforma Tributária (Lei nº 214/2025), criando os tributos CBS, IBS e IS, e promovendo alterações significativas na legislação tributária vigente. A referida lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2026, com regras de transição até 2033 e regulamentações que serão detalhadas por meio de novas leis ao longo do ano de 2025. Um dos principais impactos desta Lei para o Grupo Fleury é a transição para o regime de não cumulatividade de impostos sobre a receita, o que permitirá à Companhia tomar créditos dos tributos incidentes nas aquisições de mercadorias e serviços.

No entanto, a Companhia não pode garantir que a aprovação das propostas relacionadas à reforma tributária não impacte adversamente suas obrigações tributárias, o que, por sua vez, pode ter um efeito material adverso em sua situação financeira e resultados operacionais.

## **b. Seus acionistas, em especial os acionistas controladores**

**Os acionistas controladores, diretos e indiretos, podem ter interesses divergentes aos interesses de outros detentores das ações ordinárias da Companhia.**

Os maiores acionistas da Companhia são signatários de um Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia, no qual não há previsão de voto em conjunto ou direito de veto para nenhum dos acionistas, de forma que o controle da Companhia, não fica assegurado a qualquer destes, isoladamente ou em conjunto.

No Acordo de Acionistas há previsão de organização de voto destes acionistas para possibilitar a eleição de membros do Conselho de Administração por eles, conforme suas respectivas participações acionárias.

Além disto, acionistas com participação relevante no capital social podem se organizar com o objetivo de determinar o resultado final das matérias cuja deliberação seja de competência da Assembleia Geral, incluindo operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, aquisições e alienações de ativos e o montante e a ocasião para distribuição de dividendos ou remunerações de capital similares, ressalvadas as exigências de distribuição de dividendo mínimo obrigatório, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

**A venda, ou a percepção de potencial venda, de quantidades significativas das nossas ações em curto espaço de tempo, pode fazer com que o preço de mercado de nossas ações diminua, ainda que temporariamente.**

O preço de mercado das ações poderá cair caso haja a venda de quantidade substancial de nossas ações pelos acionistas detentores de participações significativas, ou caso haja percepção de que ocorrerá esta venda.

## **c. Suas controladas e coligadas**

**Poderemos não conseguir integrar as operações das empresas adquiridas às nossas operações na velocidade esperada, ou não alcançar os benefícios esperados das aquisições.**

A integração das operações de empresas já adquiridas e daquelas que venhamos a adquirir no futuro pode não ocorrer com a velocidade ou benefícios esperados, incluindo os riscos de perda de clientes e/ou empregados da empresa alvo e o de alcançar sinergias inferiores ao esperado.

Adicionalmente, o tempo e esforço necessários à avaliação e negociação de uma aquisição proposta, e a necessidade de análise e prévia aprovação de tais aquisições em algumas situações por órgãos governamentais, como o CADE, podem resultar em incertezas substanciais quanto à efetivação com sucesso de tais aquisições. Tais incertezas podem, por sua vez, afetar o valor das nossas ações ordinárias.

## **d. Seus administradores**

**A perda de membros da administração da Companhia, o enfraquecimento da sua cultura corporativa e/ou a incapacidade de atrair e reter pessoal qualificado poderá ocasionar um efeito adverso relevante.**

A capacidade da Companhia em manter uma posição competitiva depende significativamente dos serviços prestados por sua administração. A perda de membros da administração da Companhia pode prejudicar suas operações e ter um efeito adverso em seus negócios e, conseqüentemente, os resultados operacional e financeiro. Em caso de renúncia de membros da administração da Companhia, esta pode não ser capaz de manter sua cultura ou substituí-los por indivíduos com a mesma experiência e qualificação.

#### **e. Seus fornecedores**

##### **A Companhia está sujeita a eventuais atrasos motivados por greves nas alfândegas, portos, aeroportos e Receita ou Polícia Federal.**

Como uma parcela dos insumos utilizados em nossas operações - tais quais reagentes, filmes e outros materiais - é produzida ou fabricada no exterior e importada por seus fornecedores para revenda no mercado nacional, eventuais greves nas alfândegas, portos, aeroportos, Receita ou Polícia Federal podem afetar a disponibilidade desses itens em estoque, o que pode afetar adversamente a Companhia.

##### **A Companhia pode estar sujeita a práticas irregulares por parte dos fornecedores integrantes de sua cadeia de fornecimento.**

Os fornecedores da Companhia podem vir a apresentar problemas com questões legais – como por exemplo àqueles relacionados a temas regulatórios, trabalhistas e ambientais ou àquelas relacionadas à prática de atos ilegais - sem que a Administração da Companhia tenha o devido conhecimento. Dessa forma, a Companhia poderá ter prejuízos financeiros, de reputação e de imagem relevantes e, em consequência, impacto negativo junto aos seus clientes, bem como queda no valor de suas ações.

#### **f. Seus clientes**

##### **Parcela significativa da receita de prestação de serviços da Companhia decorre da receita gerada por seus contratos com operadoras de planos de saúde, hospitais e empresas.**

O resultado das operações da Companhia depende significativamente dos contratos que mantém com operadoras de planos de saúde, hospitais e empresas. Em conjunto, a receita gerada por esses contratos respondeu, aproximadamente, por 94% da receita bruta total em 31 de dezembro de 2024.

O setor privado de saúde adota amplamente contratos com prazo indeterminado de duração, que, por definição, são passíveis de serem encerrados a qualquer momento, geralmente após encaminhamento de notificação prévia, por qualquer das partes, sem imposição de penalidade. Esse modelo de negócio confere considerável poder de negociação às operadoras de planos de saúde, hospitais e empresas, especialmente em relação aos preços dos serviços da Companhia quando das renegociações, geralmente anuais, dos seus respectivos contratos.

Além disso, as operadoras de planos de saúde, hospitais e empresas têm concentrado esforços para reduzir os seus custos operacionais. A Companhia não pode garantir se será capaz de suportar as pressões que eventualmente vier a sofrer das operadoras de planos de saúde, hospitais e empresas para não reajustar os preços de seus serviços, ou reajustá-los de maneira que não seja compatível com seus custos.

Adicionalmente, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) tem o poder de limitar o percentual máximo de reajuste dos seguros ou planos individuais de saúde oferecidos pelas operadoras de planos de saúde.

Caso a ANS imponha restrições adicionais a esses reajustes, as operadoras de planos de saúde poderão criar pressões sobre os preços da Companhia para proteger as suas margens. Caso a Companhia não seja capaz de manter os contratos com as operadoras de planos de saúde, hospitais ou empresas, substituí-los por contratos semelhantes, ou renegociá-los em condições favoráveis ou ao menos compatíveis com seus negócios, poderá ser adversamente afetada.

**Atrasos das fontes pagadoras de qualquer segmento da Companhia para realizar os pagamentos que a ela são devidos podem afetá-la adversamente.**

A cobrança pelos serviços de medicina diagnóstica, preventiva e terapêutica no Brasil é operacionalmente complexa. Na maioria dos casos, as fontes pagadoras do setor no qual a Companhia atua exigem a apresentação, juntamente com os instrumentos de cobrança, de relatórios sobre os serviços prestados, cujo conteúdo pode variar de forma significativa. Atrasos no pagamento por parte das fontes pagadoras podem afetar a Companhia de forma adversa.

**g. Setores da economia nos quais o emissor atue**

**A Companhia atua em um setor altamente competitivo e a crescente consolidação no setor poderá intensificar a concorrência e afetá-la.**

O setor brasileiro de serviços de medicina diagnóstica e de medicina preventiva e terapêutica é altamente competitivo. A Companhia enfrenta a concorrência em cada mercado e linha de negócio que atua tanto de empresas de portes variados que oferecem serviços semelhantes aos seus, como de hospitais e operadoras de planos de saúde. A concorrência no setor intensificou-se nos últimos anos, principalmente, com a capitalização do setor e aumento dos planos de expansões, assim como o aumento do ritmo dos processos de consolidação e aos constantes desenvolvimentos e introdução de novos serviços, processos e tecnologias, que conferiram também aos seus concorrentes maiores economias de escala e, conseqüentemente, condições mais competitivas.

Esse processo de consolidação também passou a ser acompanhado por hospitais e operadoras de planos de saúde, em especial as empresas de medicina de grupo e as cooperativas médicas, que têm se dedicado, em maior, menor ou nenhum grau, à verticalizar suas operações, principalmente, por meio da aquisição de prestadores de serviços de medicina diagnóstica, preventiva e terapêutica e instalação de novos hospitais com capacidade para prestar serviços de medicina diagnóstica, preventiva e terapêutica. Além disso, a Companhia sofre a concorrência de hospitais não governamentais filantrópicos, os quais apresentam uma estrutura de custos privilegiada por conta de regimes tributários de isenção e imunidade.

Adicionalmente, a Companhia pode sofrer concorrência de empresas estrangeiras que possam vir a entrar futuramente no mercado brasileiro.

**h. Regulação dos setores em que o emissor atue**

**O setor brasileiro de serviços de medicina diagnóstica e medicina preventiva está sujeito a legislações e regulamentações específicas.**

O setor brasileiro de serviços de medicina diagnóstica, preventiva e terapêutica está sujeito à extensa legislação e regulamentação, incluindo as relacionadas à meio ambiente, vigilância sanitária e segurança do trabalho, de diversas autoridades federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal. O funcionamento regular das Unidades de Atendimento e das centrais de processamento de amostras depende, entre outros, da obtenção e manutenção de licenças e alvarás válidos (ou protocolos) de instalação e funcionamento, bem como para a coleta, inclusive dos locais dos nossos parceiros, assim como depósito ou armazenamento, incluindo obrigação legal de cadeia de custódia (por exemplo, relacionada à exames toxicológicos), quando aplicável, além da utilização de equipamentos, importação de mercadorias e materiais biológicos, manuseio, tratamento, transporte, descarte de resíduos contaminantes, materiais radioativos e produtos químicos controlados, além dos sanitários das competentes autoridades brasileiras.

Adicionalmente, a expansão das operações pode exigir que a Companhia obtenha novas licenças e alvarás. Além disso deve avaliar mudanças em suas operações de forma a restringir o impacto atual ou potencial ao meio ambiente e à saúde e à segurança dos seus empregados e colaboradores. Eventuais empresas que ela contrate para realizar a coleta, o tratamento, transporte e disposição final dos seus resíduos contaminantes e materiais radioativos também devem estar regulares quanto ao seu licenciamento ambiental. A coleta, transporte, tratamento e destinação final adequados de um resíduo dependem da classe a que ele pertence e os projetos nesse sentido estão sujeitos à prévia aprovação do órgão ambiental competente. Além disso, todas as centrais de processamento de amostras, Unidades de Atendimento, centros de medicina diagnóstica ou postos de coleta de materiais humanos devem estar sob responsabilidade técnica de profissional legalmente habilitado perante o órgão de classe competente, sujeito à fiscalização da ANVISA e/ou dos demais órgãos de vigilância, controle e fiscalização sanitária, nos Estados e Municípios onde a Companhia atua. Em segurança do trabalho, a Companhia é obrigada a, dentre outras obrigações, munir seus colaboradores alocados em suas Unidades de Atendimento e laboratórios de análises clínicas com roupas e equipamentos que minimizem sua exposição a doenças infectocontagiosas.

A Companhia não pode garantir que a legislação e regulamentação brasileira aplicável ao setor de atuação não se tornará mais severa ou a sujeitará a encargos mais onerosos no futuro, ou que as autoridades ou agências reguladoras brasileiras, em todos os níveis da federação, adotem interpretações mais restritivas ou mais rigorosas sobre essas leis e regulamentos, inclusive no tocante à obtenção das licenças, alvarás e registros para o desenvolvimento de suas atividades. Ademais, não pode garantir que as taxas, encargos e contribuições devidas às autoridades competentes e aos órgãos de classe profissional não serão reajustados ou sofrerão majoração decorrente da implantação de novas medidas legais ou administrativas. Qualquer um desses fatores pode fazer com que a Companhia seja penalizada e incorra em custos adicionais.

#### **i. Países estrangeiros onde o emissor atue**

Não aplicável, uma vez que a Companhia não atua diretamente em outros países.

#### **j. Questões sociais**

**Condutas que divergem dos princípios de direitos humanos e direitos fundamentais podem acarretar processos judiciais, perdas financeiras e prejuízos para a reputação e imagem da companhia**

Atitudes contrárias às diretrizes do Código de Confiança, Política de Integridade, Política Anticorrupção, Política de Sustentabilidade e de Valorização da Diversidade e Inclusão, e aos

princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos, dentre outras, podem ocasionar danos à imagem das marcas do grupo.

O canal de confiança da companhia pode ser acessado por qualquer parte interessada e funciona como uma ferramenta importante para recebimento de denúncias, que podem desencadear investigações relacionadas a qualquer desvio de conduta, inclusive as relacionadas ao descumprimento de questões de direitos humanos. A gestão do canal é realizada por empresa terceirizada, o que reforça o sigilo das suas informações.

Procedimentos de gestão de pessoas e treinamentos das equipes, em alinhamento com os preceitos do programa de diversidade e inclusão, e de direitos humanos, contribuem para a mitigação de práticas discriminatórias, inclusive no atendimento aos clientes, assim como a ocorrência de assédios e discriminações nas operações da companhia.

### **A ocorrência de eventos adversos durante a realização dos exames pode gerar danos irreversíveis à saúde do paciente e afetar a imagem da Companhia**

A possibilidade de ocorrência de eventos adversos é um fato de extrema preocupação nas instituições de saúde, em função de suas consequências para o paciente, podendo ocorrer danos reversíveis ou irreversíveis à sua saúde. Tais eventos, uma vez concretizados, podem impactar negativamente a imagem e a reputação da instituição. Além disso, são passíveis de geração posterior de processos de cunho legal e indenizatório, onerando a organização. Em função disso, além das regras já existentes, a tomada de ações adicionais visando à segurança do paciente e a prevenção de falhas nos procedimentos, incluindo a gestão dos medicamentos é uma prerrogativa da Companhia para a oferta de seus serviços.

## **k. Questões ambientais**

### **O descarte inadequado de resíduos pode gerar infrações legais e impactar a reputação da Companhia**

Dentre os aspectos ambientais da Companhia, a geração e o descarte de resíduos são os que apresentam maior significância, em função dos diferentes tipos de resíduos gerados e seus potenciais impactos no ambiente e na saúde pública. O descarte inadequado dos resíduos gerados, em especial os caracterizados como potencialmente infectantes, químicos e os rejeitos radiativos, pode ocasionar danos significativos e, conseqüentemente, impactar a imagem e a reputação da empresa. Neste contexto, o descarte de materiais que possuam identificação e informações sigilosas dos clientes, bem como a disposição de eletroeletrônicos, merecem atenção especial.

Os processos de descarte de resíduos estão sujeitos às fiscalizações dos órgãos ambientais e sanitários, e também são foco de avaliação nas auditorias internas e externas. O não cumprimento dos requisitos relacionados pode gerar autuações, multas e impactar as certificações e creditações obtidas pela Companhia.

## **l. Questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição**

### **A falta prolongada de recursos como água e energia pode impactar as operações da Companhia**

A falta prolongada de recursos como água e energia, ocasionada por alterações climáticas associadas ao aquecimento global ou à atuação do homem sobre o ambiente pode impactar as

operações da Companhia, dependentes destes recursos. A imprevisibilidade dos regimes de chuvas e a sazonalidade do clima e das temperaturas nas diferentes estações do ano impactam as estimativas de consumo dos recursos, em especial pelo aumento da ocorrência de ondas de calor. Além disso, podem aumentar as taxas aplicadas nas contas de consumo, impactando as despesas da Companhia. As recorrentes crises hídrica e energética demonstram ser este um tema atual e ponto de preocupação para os diferentes segmentos econômicos brasileiros.

**O excesso de chuvas, motivado por mudanças climáticas, pode afetar o desempenho das operações da Companhia, implicando na adoção de medidas adaptativas**

As alterações no regime de chuvas, em especial o aumento das precipitações pluviométricas, pode afetar o desempenho das operações da Companhia, seja pelo impacto em rotas logísticas e esquemas de entrega de insumos e materiais, seja pela dificuldade de acesso dos clientes e colaboradores às unidades da empresa, afetando pontualmente o desempenho no período, podendo ser necessário uma readequação da logística de amostras e de insumos para abastecimento dos estoques, além de uma adaptação na rotina de funcionamento das unidades. Em casos extremos, podem ocasionar impactos financeiros e materiais à Cia decorrentes de danos à infraestrutura existente.

**O aumento do nível do mar pode afetar as operações localizadas em zonas costeiras**

O aumento do nível do mar, um risco físico crônico relacionado ao aumento das temperaturas do planeta, pode afetar as operações de unidades localizadas em áreas litorâneas, em especial àquelas localizadas em regiões de maior vulnerabilidade nesse sentido, como na região das cidades de Recife, Rio de Janeiro e Santos, implicando, em longo prazo, em uma eventual necessidade de realocação das operações para outras áreas não sujeitas a tais efeitos.

**Riscos de transição relacionados a novas regulamentações e tecnologias em mudanças climáticas podem afetar a Companhia**

Os riscos de regulamentação relacionados à taxação das emissões, riscos de mercado, relacionados ao aumento das pressões exercidas pelos clientes e sociedade em relação ao tema, ou riscos tecnológicos, que impliquem em investimentos de infraestrutura para adoção de ações de redução ou mitigação de emissões, podem aumentar as despesas da Companhia no curto prazo. No entanto, quando associados à redução do consumo de recursos, estes riscos podem ser oportunizados a médio e longo prazo.

**m. Outras questões não compreendidas nos itens anteriores**

**A volatilidade e a relativa falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações da Companhia pelo preço e na ocasião que desejarem.**

Características de mercado podem limitar substancialmente a capacidade dos detentores das Ações da Companhia de vendê-las ao preço e na ocasião em que desejarem fazê-lo e, conseqüentemente, poderão vir a afetá-los negativamente.

**Eventos extraordinários, como uma pandemia, epidemia ou surto de doenças infecciosas de qualquer dimensão podem afetar adversamente as atividades da Companhia, e conseqüentemente seus resultados operacionais e financeiros.**

Em caso de qualquer crise de saúde pública, como por exemplo Epidemia ou Pandemia, as atividades da Companhia podem ser impactadas de maneira adversa.

A exemplo da última pandemia mundial recentemente presenciada, caso ocorra uma nova pandemia, endemia ou surto de doença infecciosa, poderá acarretar diversas restrições, como isolamento social, redução da mobilidade urbana e fechamento de serviços não essenciais. Essas restrições podem suscitar uma redução relevante nas consultas médicas eletivas e, conseqüentemente, postergação da maior parte dos serviços diagnósticos, impactando diretamente os resultados da Companhia.

Além disso, uma pandemia, epidemia ou surto de doenças infecciosas pode provocar a dispersão de pacientes, interrupção ou atraso na entrega de suprimentos e até afetar as operações diagnósticas de nossas centrais de processamento de exames e, conseqüentemente, afetar os resultados e a capacidade de arcar com as obrigações financeiras da Companhia.

Fatores de risco como esse podem também potencializar outros riscos descritos nesta seção de "Fatores de Risco".

#### **4.2 – Indicar os 5 (cinco) principais fatores de risco, dentre aqueles enumerados no campo 4.1, independentemente da categoria em que estejam inseridos**

Os principais fatores de risco, já contextualizados no item 4.1 acima, que merecem ser destacados, são os seguintes:

- O comprometimento das operações das principais centrais de processamento de amostras, incluindo eventos adversos motivado por mudanças climáticas, poderá afetar a capacidade de processamento de exames de análises clínicas, e de exames de alta complexidade, afetando adversamente a Companhia materialização dos riscos cibernéticos e indisponibilidade nos serviços e sistema de tecnologia, bem como, a fragilidade na confidencialidade das informações, podem comprometer as operações e afetar adversamente a imagem da Companhia.
- O setor brasileiro de serviços de medicina diagnóstica e medicina preventiva está sujeito a legislações e regulamentações específicas.
- A volatilidade e a relativa falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações da Companhia pelo preço e na ocasião que desejarem.

A ocorrência de eventos adversos durante a realização dos exames pode gerar danos irreversíveis à saúde do paciente e afetar a imagem da Companhia.

### 4.3 - Descrição dos principais riscos de mercado, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de commodities, de ações, entre outros. A Companhia está exposta aos seguintes riscos de mercado:

#### Hierarquia do valor justo

As premissas seguidas pela empresa para determinar a hierarquia e divulgar os valores justos de instrumentos financeiros são:

- Nível 1: preço cotado nos mercados de ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: outras técnicas para que todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.
- Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

#### a) Classificação contábil e valores justos

<b>Ativos Financeiros</b>	<b>Nível 1</b>	<b>Nível 2</b>
Caixa e equivalentes de caixa	21.788	-
Títulos e valores mobiliários	-	2.424.173
Contas a receber	1.638.690	-
Outros créditos opção de compra	19.250	-
<b>Passivos Financeiros</b>		
Fornecedores	(704.009)	-
Arrendamento	(1.286.491)	-
Financiamentos, exceto risco sacado	(2.456)	-
Risco Sacado	(21.588)	-
Debêntures	-	(4.081.027)
Parcelamentos tributários	(1.613)	-
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	(482)	-
Contas a pagar - Aquisição de empresas	(335.664)	(8.719)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>(672.575)</b>	<b>(1.665.573)</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>(864.688)</b>	<b>(1.828.309)</b>

Devido à natureza dos saldos, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de instrumentos financeiros da Companhia esteja próximo ao seu valor contábil. O comparativo não apresentou divergências materiais.

#### b) Gestão de capital

O Grupo Fleury monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira consolidado, conforme demonstrado abaixo:

	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Debêntures e financiamentos, exceto risco sacado	4.083.483	2.797.883
Contas a pagar – Aquisição de empresas	344.383	397.673
Risco Sacado	21.588	11.690
Caixa e equivalentes de caixa	(21.788)	(21.920)
Títulos e valores mobiliários	(2.424.173)	(1.035.695)
<b>Dívida líquida</b>	<b>2.003.493</b>	<b>2.149.631</b>
EBITDA/LAJIDA LTM* (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização)	1.981.950	1.745.669
<b>Índice de alavancagem financeira (Dívida líquida / EBITDA LTM*)</b>	<b>1,01</b>	<b>1,23</b>

**(\*) LTM (*last twelve months* ou últimos 12 meses). Para o exercício de 2023 foi considerado o EBITDA proforma, considerando os resultados das empresas adquiridas nos últimos 12 meses.**

### **c) Riscos financeiros e de mercado**

#### Risco de taxa de juros

A Companhia possui títulos de dívida (Debêntures e financiamentos) contratados em moeda nacional subordinados a taxas de juros vinculadas a indexadores, como o CDI, bem como saldo de parcelamento de impostos atualizados com juros à taxa SELIC e contas a pagar de aquisições principalmente através do CDI e IPCA IBGE. O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas que impactem seus fluxos de caixa.

#### Risco de crédito

O Grupo Fleury está exposto ao risco de crédito em suas atividades operacionais refletidas no balanço patrimonial no grupo de contas a receber, vide nota explicativa 6. A Companhia e suas controladas também estão sujeitas a riscos de crédito relacionadas a operações que mantêm em instituições financeiras representadas por depósitos bancários, aplicações financeiras e instrumentos derivativos. A Administração considera o risco baixo pois as operações são realizadas em bancos de primeira linha e existem políticas de tesouraria com limites específicos de alocação de recursos.

#### Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa do Grupo Fleury é realizada pela Diretoria de Finanças que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar o caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito disponíveis a qualquer momento, com a finalidade de não quebrar os limites ou cláusulas dos financiamentos e das debêntures (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento do Grupo, cumprimento de cláusulas contratuais, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais – por exemplo, restrições de moeda. O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em aplicações com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem necessária conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Em relação a liquidez e respectivas obrigações, demonstramos no quadro a seguir os passivos e instrumentos financeiros do Grupo Fleury, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados são os fluxos de caixa não descontados contratados consolidados e, portanto, podem não ser conciliados com os valores contábeis.

<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor contratado</b>	<b>Menos de 1 ano</b>	<b>Entre 1 e 2 anos</b>	<b>Entre 2 e 5 anos</b>	<b>Acima de 5 anos</b>
Debêntures	4.081.027	6.071.651	467.726	597.090	3.778.206	1.228.629
Arrendamento	1.286.491	1.829.878	398.944	437.331	490.093	503.510
Fornecedores	704.009	704.009	704.009	-	-	-
Contas a pagar - Aquisição empresas	344.383	497.362	45.709	70.123	172.496	209.034
Outros passivos	17.655	17.655	17.655	-	-	-
Risco Sacado	21.588	21.588	21.588	-	-	-
Financiamentos	2.456	2.879	945	912	1.022	-
	<b>6.457.609</b>	<b>9.145.022</b>	<b>1.656.576</b>	<b>1.105.456</b>	<b>4.441.817</b>	<b>1.941.173</b>

### Risco de câmbio

O Grupo Fleury mantém instrumentos derivativos para proteger as exposições de variação de moeda estrangeira de certos fornecedores de insumos. Os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que são celebrados e remensurados mensalmente. Os efeitos no resultado são reconhecidos em receitas e/ou despesas financeiras. O saldo patrimonial destes passivos em 31 de dezembro de 2024 é de R\$7.460, o derivativo líquido desta operação é de R\$ 399.

### **d) Demonstrativo da análise de sensibilidade**

#### Análise de sensibilidade para mudanças na taxa de juros

Para o cálculo do cenário provável, foi utilizada a taxa do CDI (Certificado de Depósito Interbancário), em 31 de dezembro de 2024. O cenário "Possível" e "Remoto" levam em consideração um aumento nessa taxa de 0,50 p.p 1,0 p.p, ao ano, respectivamente.

Os resultados, em valores nominais são como seguem:

	<b>Saldo contábil</b>	<b>Provável</b>	<b>Possível</b>	<b>Remoto</b>
	<b>CDI (a.a.)</b>	<b>12,15%</b>	<b>12,65%</b>	<b>13,15%</b>
Aplicações financeiras – títulos e valores mobiliários	2.424.173	294.537	306.658	318.779
Debêntures	(4.081.027)	(495.845)	(516.250)	(536.655)
<b>Exposição líquida em CDI</b>	<b>(1.656.854)</b>	<b>(201.308)</b>	<b>(209.592)</b>	<b>(217.876)</b>

#### **4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes para o negócio da Companhia ou de suas controladas**

A Companhia não acredita que qualquer processo judicial ou administrativo atualmente em curso, caso decidido contra seus interesses, terá um efeito material adverso sobre sua condição financeira e sobre o resultado das suas operações.

#### **Contingências Cíveis**

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia figurava no polo passivo em aproximadamente 1.253 processos judiciais e administrativos (somando todas as empresas do Grupo Fleury – Fleury S.A. + adquiridas) e em nenhum procedimento arbitral que versasse matéria cível, o que envolvia um montante total em discussão de aproximadamente R\$1.349.807 (Consolidado, considerando Provável, Possível e Remoto). A maioria desses processos refere-se a ações de responsabilidade civil, com pedido de indenização por danos materiais e morais decorrentes, entre outros motivos, de suposto erro diagnóstico ou falha de procedimento; mas nenhuma dessas ações deve comprometer a confiança dos clientes para com os serviços prestados pela Companhia nem impactar o seu patrimônio. Com base no entendimento dos advogados externos contratados para representá-la nestes processos, a Companhia estima que seu passivo provável referente a questões cíveis seja de cerca de R\$34.525 (Fleury + adquiridas), cujo valor está integralmente provisionado.

A Companhia não tem contingências cíveis relevantes para seus negócios que individualmente sejam capazes de abalar sua reputação no mercado nem impactar de forma significativa o seu patrimônio.

#### **Contingências Tributárias**

Em 31 de Dezembro de 2024, a Companhia figurava no polo passivo em 426 processos judiciais e administrativos tributários (somando todas as empresas do Grupo Fleury – Fleury S.A. + adquiridas) e o respectivo valor total em discussão era de aproximadamente R\$569.702 (Consolidado, considerando Provável, Possível e Remoto).

Nesta mesma data, foram registradas provisões constituídas no montante de R\$39.039 de acordo com o posicionamento dos advogados externos que patrocinam os respectivos processos.

<b>Tese ICMS importação (69 processos)</b>	
<b>a. Juízo</b>	Justiça Estadual de São Paulo
<b>b. Instância</b>	Judicial
<b>c. Data de instauração</b>	Diversas
<b>d. Partes no processo</b>	Fleury S.A. e Fazenda do Estado de SP
<b>e. Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	R\$14.375 (Total Provisionado)
<b>f. Principais fatos</b>	Decisão definitiva do STF em sede de repercussão geral. [Nota BMA: sugerimos aprimorar a redação para explicar o que é o assunto]

<b>g. resumo das decisões de mérito proferidas</b>	Decisões desfavoráveis por conta da manifestação desfavorável em sede repercussão geral.
<b>h. estágio do processo</b>	Diversos
<b>i. Risco de perda</b>	Provável
<b>j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante</b>	Processos repetitivos
<b>k. Análise de impacto em caso de perda do processo:</b>	Pagamento dos valores envolvidos

### **Contingências Trabalhistas**

Em 31 de Dezembro de 2024, a Companhia figurava no polo passivo em 1475 processos judiciais (somando todas as empresas do Grupo Fleury – Fleury S.A. + adquiridas) e procedimentos administrativos trabalhistas, representando um valor total em discussão de aproximadamente R\$436.818 (Consolidado, considerando Provável, Possível e Remoto). As ações em geral, referem-se a processos judiciais (tais como, reclamações trabalhistas de ex-empregados, ações coletivas, ações anulatórias), processos judiciais de responsabilidade subsidiária ajuizados por empregados de empresas que prestam serviços especializados à Companhia em regime de terceirização e processos administrativos.

Com base na avaliação de risco dos advogados externos contratados para representá-la nestes processos, estima-se o passivo em cerca de R\$33.609 (Provável consolidado), montante este que está totalmente provisionado para fazer frente a eventuais resultados adversos.

### **Contingências Ambientais**

Não aplicável.

#### **4.5 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.4**

Com base na avaliação de risco dos advogados externos contratados para representá-la nestes processos, estima-se o passivo em cerca de R\$107.173 (provável consolidado), montante este que está totalmente provisionado para fazer frente a eventuais resultados adversos.

**4.6 - Processos sigilosos relevantes em que a Companhia ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados no item 4.4, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos**

Na data deste Formulário de Referência, não há processos relevantes que tramitam em segredo de justiça em que a Companhia ou suas Controladas sejam parte.

## **4.7 – Outras contingências relevantes**

### **Trabalhista**

#### **Ações civis públicas**

No âmbito trabalhista, a Companhia foi citada em Ação Civil Pública (ACP) ajuizada perante a Justiça do Trabalho de São Paulo, na qual se pleiteou a condenação em obrigações e indenização em razão do não preenchimento da cota legal de pessoas com deficiência. A Companhia comprovou que envidou todos os esforços possíveis para cumprimento da cota. As decisões proferidas em primeira e segunda instância foram favoráveis à Companhia. O Ministério Público do Trabalho interpôs recurso e, atualmente, aguarda-se julgamento de agravo interno no Tribunal Superior do Trabalho.

A Companhia foi citada em Ação Civil Pública (ACP) em tramitação perante a Justiça do Trabalho de São Paulo, na qual o Ministério Público do Trabalho (MPT) pleiteia a condenação do Fleury em razão do alegado descumprimento de normas relacionadas à saúde e segurança dos trabalhadores. A Companhia apresentou sua defesa, comprovando a regularidade dos pedidos deduzidos na lide. A sentença extinguiu todos os pedidos que veiculavam obrigações de fazer relacionadas à saúde e segurança, mas condenou a Companhia ao pagamento de indenização por danos pretéritos, o que está sendo discutido em recurso pendente de julgamento no Tribunal Regional do Trabalho.

A Companhia foi citada em Ações Coletivas movidas pelo Sindicato dos Empregados e Técnicos em Laboratórios, Bancos de Sangue e Análises Clínicas do Estado de Minas Gerais ("SINTRALAB/MG"), todas em trâmite perante a Justiça do Trabalho de Minas Gerais, e nas quais pretende a condenação do Instituto Hermes Pardini ("IHP") ao pagamento de adicional de insalubridade e entrega de Perfil Profissiográfico Previdenciário, para os empregados e ex-empregados. A Companhia está se defendendo nos processos ajuizados.